

QUEM ACREDITA NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA POLÍTICA?

Elson Sempe*

Resumo

A comunicação pública emitida a partir dos Parla-mentos pode não ser tão pública quanto parece ou se deseja. Confusões no nível das funções das estruturas, das atribuições dos atores e das formas e rotinas de trabalho constituem o canal usado para o aparelhamento e o uso das coisas públicas para fins dirigidos. O que deveria ter como foco a informação para que a sociedade forme opinião acaba funcionando como veículo de propaganda de quem está no poder transitório. Isso não pareceria tão ruim se não se tratasse justamente do organismo que tem como função representar o povo, toda a sociedade. É preciso pensar novas soluções.

Palavras-chave

Comunicação - Política - Jornalismo

Abstract

Public communication emitted from Parliaments may not be as public as it appears or desired. Confusions at the functional levels of the structures, the attributions of the players and the forms and work routines make up the channel used for the apparatus and the use of public tools for specific means. That which should be the focus of the information so that society forms an opinion ends up working as a means of propaganda for those in the transitory power. This would not appear so bad if it didn't relate to precisely the organism that has as its function to represent the people, all of society. It is necessary to think of new solutions.

Key Words

Communication - Politics - Journalism

Existe uma crise prestes a eclodir no campo da comunicação representado pelo jornalismo legislativo. Provavelmente poucas pessoas ouviram falar a respeito dessa forma de jornalismo que passou a existir a partir da redemocratização do Brasil e da necessidade de transparência das coisas públicas e das ações dos representantes políticos eleitos, principalmente nos poderes legislativos em suas três esferas – municipal, estadual e nacional. Entretanto, ela pode significar um dos melhores canais para a sociedade recuperar seu poder fiscalizatório sobre os seus representantes políticos.

E por que, exatamente, a sociedade deveria se preocupar com esse grupo tão pequeno de jornalistas incrustados no meio político? Justamente por eles estarem dentro do ambiente político, mas terem a possibilidade de oferecer uma informação desvinculada dos interesses políticos diretos e preocupada com o interesse geral da sociedade, pois prestaram juramento de **SERVIÇO PÚBLICO** acima de tudo, não estando à mercê das vontades imediatas dos ocu-

pantes temporários dos cargos de poder. A não ser pelas hiper-estruturas políticas e pelas pressões de bastidores destinadas a controlar e sufocar - ao mesmo tempo em que aparelham, se apropriam e exploram - os canais e estruturas, que deveriam ser públicos, como se fossem suas assessorias de imprensa particulares. Eis a crise cuja existência e importância a sociedade nem imagina, embora seja justamente ela a principal perdedora neste processo. Usemos um exemplo particular para poder analisar o global: a Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) e sua estrutura de comunicação chamada Assessoria de Imprensa (AI). Vamos começar com os personagens diretos do problema em questão – vereadores e jornalistas da AI –, tratando da maneira como estes acessam seus cargos e os reflexos presumíveis disso sobre suas atuações.

Depois, trataremos dos aspectos de relacionamento entre as fontes e os públicos internos e externos à Câmara. Assim, estaremos prontos a tentar responder à pergunta crucial: a quem serve esta estrutura?

0 ACESSO AO CARGO

No tocante a esse quesito, precisamos fazer uma separação entre os personagens envolvidos dentro da CMPA. É preciso distinguir entre os vereadores e os servidores públicos da área de comunicação da instituição a fim de identificar claramente algumas origens de tensão.

Os vereadores são os representantes do povo, eleitos, através do sufrágio universal, para um cargo de poder bastante grande, já que, entre suas atribuições, estão a fiscalização das ações do executivo e a legislação sobre as coisas da vida pública da cidade. Esta última com profundas implicações diretas sobre a vida da sociedade. Como bem levanta Sartori (1962), a representatividade dos sujeitos eleitos está diretamente implicada de uma responsabilidade, de uma responsividade. O eleito deve ser responsável não apenas pelos seus atos individuais e em interesse particular ou de grupo, mas deve estar imbuído do interesse público do bem de todos os integrantes da sociedade que representa. Deve de alguma forma responder a esse público que o elege. Mas não só a ele, e sim à sociedade inteira, que se encontra sob os reflexos de sua atuação de legislador. Assim, a responsividade do cargo prevê que cada sujeito eleito preste contas, de maneira transparente e eficaz, de seus atos a fim de que a sociedade tome conhecimento da maneira como vai sendo conduzida e para que possa criar juízo de valor sobre a efetiva representatividade desse sujeito. Nas democracias representativas, onde a reeleição para os cargos legislativos e executivos é prevista, as preocupações com a transparência dos atos dos políticos enquanto poder e Estado são fundamentais para que se possa avaliar corretamente a adequação da representação levada a cabo por cada um dos políticos eleitos e decidir, na eleição seguinte, se ele deve permanecer no cargo, desenvolvendo suas atividades da maneira que vinha fazendo, ou ser substituído por outro personagem que se julgue mais competente.

O acesso de um vereador ao cargo está diretamente ligado ao conhecimento que o público tem a respeito de suas propostas, sua atuação política, sua maneira de agir e pensar e sua representatividade, no sentido de relevância e comprometimento com determinado setor da sociedade. Mas, a partir do momento em que tal personagem assume uma vaga dentro de um organismo que, esse sim, tem por função representar a sociedade como um todo, é desejado dele que

aja em prol do todo, e não apenas do grupo que o elegeu. Vale buscar socorro, novamente, em uma citação trazida por Sartori:

O Parlamento não é um **congresso** de embaixadores de interesses opostos e hostis; interesses estes que cada um deve tutelar, como agente e advogado, contra outros agentes e advogados; o Parlamento é, ao contrário, uma assembléia **deliberante de uma nação**, com **um único** interesse, o de todos; onde não deveriam influir fins e preconceitos locais, mas o bem comum... (BURKE *apud* SARTORI, 1962, p. 26).

Este pensamento parece que deve ser decisivo na escolha dos políticos que ocuparão os cargos do Poder Legislativo, ao mesmo tempo em que é indicativo de um valor moral e ético desejável na conduta destes no desempenho de suas atribuições cotidianas. Assim, o acesso ao cargo dos políticos é através de um voto de confiança e mútua obrigação entre eles e o povo como um todo. Estes devem confiar que seus representantes agirão no sentido do bem comum e aqueles assim deverão fazê-lo.

Já no tocante aos servidores públicos que integram a estrutura dos legislativos, temos duas formas de acesso aos cargos. Na verdade existem duas naturezas distintas de cargos: os cargos de confiança (CC) e os efetivos ou concursados (EFE). Os cargos de confiança, como o próprio nome diz, devem ser ocupados por pessoas de confiança dos políticos e são destinados legalmente à assessoria direta, chefias e coordenações. Não são cargos de natureza operacional, diretamente ligados ao funcionamento da instituição e execução de suas funções precípua, mas postos de natureza política destinados a fazer a ponte entre a estrutura institucional pública e as atividades políticas dos personagens eleitos: os vereadores. São, pois, cargos ocupados através de indicação, de maneira direta pelos políticos, por pessoas de suas relações e com comprometimento político declarado e evidente com seus projetos. Há uma relação direta entre a ocupação do cargo e a prestação de serviço a determinado projeto político integrante da multiplicidade de linhas políticas que formam a CMPA ou qualquer Casa Legislativa.

Os servidores efetivos, por seu turno, são personagens pertencentes à estrutura operacional permanente da instituição. Têm como responsabilidade geral fazer com que a máquina que abriga



as multiplicidades políticas funcione e cumpra seu objetivo público. O acesso a esse tipo de cargo é feito através de concurso, onde os critérios de seleção não incluem a simpatia política ou qualquer outro tipo de especificidade que não as habilidades e competências necessárias ao estrito desempenho eficaz das atribuições inerentes ao cargo. O concurso é previamente publicado em edital e divulgado a toda a sociedade, a fim de que qualquer cidadão que esteja dentro das qualificações requeridas possa se candidatar aos cargos oferecidos e participar, em nível de igualdade, do processo seletivo. Esses processos seguem uma série de regramentos, que também são públicos e sujeitos à avaliação pública, passíveis de recurso judicial e acompanhamento pela sociedade organizada, etc.

Os vereadores têm somente uma maneira de ocuparem seus postos: o voto. Os servidores que compõem a estrutura têm duas maneiras: a indicação e o concurso. Aqueles servidores que acessam seus cargos por indicação estão diretamente vinculados a quem os indicou, sua permanência na atividade política, sua satisfação com os serviços prestados por estes personagens, a manutenção do poder para indicar para os cargos, etc. Sobre esta questão do poder de indicar para os cargos, devemos notar que o vereador tem o poder de indicar para os CC que formam seu gabinete, sem dúvida. Mas há outros CCs que, para poder indicar seus ocupantes, o vereador precisa gozar de algum tipo de poder simbólico interno, algum poder de barganha, como as Diretorias, várias chefias e, entre elas, a chefia da Assessoria de Imprensa, assim como alguns CCs dentro da estrutura de comunicação institucional da Casa. Ao passo que os servidores efetivos gozam de outra perspectiva de relacionamento com seu trabalho, estando regulados por normas de eficiência e eficácia e respondendo por seus atos a longo prazo, mantendo uma relação histórica com a instituição diferente da perspectiva condicionada dos CCs. Aqueles, teoricamente, independem da política para exercer suas funções, enquanto estes estão diretamente condicionados e vinculados às evoluções políticas internas e externas à instituição.

Mais uma faceta ligada às formas de acesso aos cargos merece ser registrada. É um problema ao estilo “quem veio primeiro, o ovo ou a galinha?”. Mas este tem solução lógica e óbvia. Refiro-me a uma expressão comumente usada pelas chefias – CC – em situações e debates sobre

as reais funções e objetivos desta ou daquela atividade dentro da instituição e as formas de levá-las a cabo, principalmente comum na área da Assessoria de Imprensa: “nós estamos aqui por causa dos vereadores” ou “a instituição existe em função deles”.

Chega a ser uma ameaça, uma situação constrangedora, alguém ser capaz de dizer que uma Instituição da democracia representativa exista em função de suas partes e não ao contrário. Ora o que vem primeiro, na escala e valores, é a condição maior da democracia, que se dá através de sólidos regramentos e instituições funcionais previstas na Constituição, cuja ocupação depende de um voto de confiança do povo. A Instituição não é reconstruída a cada nova eleição, mas suas engrenagens são substituídas, permanecendo os eixos. E esse raciocínio é fundamental quando se refere às funções que prestam serviços relacionados com a obrigatoriedade da publicidade e da transparência das atividades dos Poderes. Retomaremos essa abordagem de maneira aplicada nas conclusões a que pretendemos chegar. Apenas para evidenciar sua profundidade, vale recuperar o alerta de Montesquieu:

Como todas as coisas humanas têm fim, o Estado de que falamos perderá sua liberdade, perecerá. Roma, Lacedemônia e Cartago também pereceram. Ele perecerá quando o Poder Legislativo estiver mais corrompido que o Executivo (MONTESQUIEU, 1998, p. 184).

E uma das formas mais violentas de corrupção, difícil de detectar, é a que envolve o domínio e o controle dos discursos e das informações. Quando se suprime ou diminui o direito do público saber das coisas todas que envolvem a estrutura pública, ocupada por políticos, que deve funcionar para o bem de todos, se está ignorando um dos preceitos básicos da democracia representativa, que é a transparência, a prestação de contas, a publicidade dos atos.

A FONTE E O PÚBLICO

A Câmara tem três canais distintos de saída de informação: um institucional (AI) e dois ligados às diferentes linhas políticas (bancadas dos partidos políticos e gabinetes dos vereadores). Embora apenas as emissões feitas diretamente pela

AI carreguem consigo a chancela de uma informação pública institucional, aquelas que partem das bancadas e dos gabinetes, ainda que devidamente identificadas, gozam de uma referência herdada da estrutura CMPA. Os três canais dão vazão a um volume muito grande de informações que se complementam, contradizendo ou reafirmando umas às outras, dando ao público, composto pela sociedade em geral e os veículos de comunicação de massa, um material muito rico com que trabalhar para formar opinião.

No entanto, é obrigatório admitir a existência de pressões que fogem ao estrito exercício da atividade jornalística. Há o instinto de sobrevivência.

Parece que essa forma múltipla seria o suficiente para manter em equilíbrio as emissões institucionais e públicas de informação, servindo de sistema auto-regulador para os excessos dos interesses particulares dos políticos e os desvios das estruturas oficiais. Infelizmente, além das estruturas específicas que dão atendimento às necessidades comunicacionais particulares de vereadores, bancadas e partidos, há um apossamento de uma parte da estrutura institucional oficial desse Poder. Isso acaba por transformar a AI da CMPA numa extensão, em parte, de alguns gabinetes de vereadores e bancadas de partidos, restando apenas uma parcela direta, exclusiva e efetivamente cernida com a instituição pública a que serve.

Essa questão não pareceria tão grave se a forma de funcionamento do jornalismo de massa contemporâneo fosse diferente, se houvesse setoristas de cada veículo dentro dos Poderes, acompanhando seu funcionamento, dando cobertura plena às suas atividades. Como são os releases e as sugestões de pauta emitidas pelas assessorias de imprensa que comandam os processos de agendamento, cresce a importância do domínio sobre as estruturas que geram esse agendamento. A máquina enxuta e lucrativa dos veículos de comunicação de massa acaba precisando se apoiar nessas emissões originadas nas AIs para direcionar suas equipes àquilo que interessa. Muitas vezes

são as Assessorias de Imprensa que assumem o papel de fonte primária das informações, situação na qual tudo o que aqui vem sendo tratado se torna crucial na compreensão dos porquês do interesse direto de exercer poder sobre as AIs dentro das organizações da democracia representativa.

ALGUMAS ROTINAS DE TRABALHO

É muito fácil constatar que falta de uma linha clara e precisa, organizada e contínua, ao longo da história da estrutura da AI da CMPA, em torno da qual sejam desenvolvidas suas atividades. Nunca houve, por exemplo, um *Manual de redação* ou instrumento semelhante que servisse para balizar as ações de todos e cada um dos múltiplos cargos e funções da AI ao longo do tempo, sejam eles servidores CCs ou concursados. Aliás, o sentido de permanência e história, de íntima ligação com a instituição Câmara e não com os políticos, somente apareceu com o surgimento da figura dos servidores efetivos dentro da estrutura dedicada à comunicação desta Casa Legislativa.

Admitidos através de concurso público e com perspectivas de carreira estável e de longo prazo, alguns destes servidores têm sido responsáveis por questionar várias práticas antes consideradas admissíveis e normais. Mas esta é uma realidade muito recente, ao menos na Câmara de Porto Alegre. As primeiras admissões de servidores através de concurso público para ocupar estes postos de trabalho datam do ano de 1996. Apenas 11 anos em uma história que já contabiliza quase 30 de existência e sempre em condições de estruturação eminentemente através de indicações políticas. Ainda hoje a porção maior de servidores que formam a AI é composta por profissionais indicados por vias políticas, incluindo-se aí até mesmo os estagiários. E pior: as chefias, indicadas anualmente pela presidência que assume a Casa, são quase sempre estranhas à instituição, gerando tensões e distorções espantosas.

Por isso, precisamos retomar a forma como essa máquina se organiza e funciona atualmente, identificando os elementos que nos fazem levantar a hipótese de que haja, efetivamente, distorções e aparelhamento da estrutura pública de comunicação que atende ao Legislativo Municipal de Porto Alegre. Para isso, é importante lembrar que existem critérios de noticiabilidade a nortear a atividade jornalística,

esteja ela na grande imprensa ou nas assessorias, mudando, obviamente, a maneira como esses critérios são interpretados e aplicados de acordo com o ambiente.

A CMPA tem algumas atividades fundamentais que recebem cobertura da AI, gerando os informes através do *site*, *releases* e sugestões de pauta à imprensa e ao público. As sessões ordinárias para discussão e votação de projetos e debates de assuntos da cidade, as sessões solenes para homenagens e outorga de títulos, as reuniões das comissões permanentes – de urbanização, transporte e habitação (CUTHAB); de saúde e meio ambiente (COSMAM); de finanças, orçamento e MERCOSUL (CEFOR); de constituição e justiça (CCJ); de educação, cultura e esportes (CECE); de defesa do consumidor e direitos humanos (CDCONDH) –, das comissões especiais constantemente formadas para solucionar problemas emergentes, como a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade, por exemplo; todas essas atividades são cobertas diariamente, gerando o fluxo de produção de material informativo da CMPA.

As sessões ordinárias ocorrem 3 vezes por semana – segunda-feira, quarta-feira e quinta-feira – e estão compostas por várias etapas: discussão de pauta, ordem do dia, período de comunicações, grande expediente, explicações pessoais e outros períodos eventuais, como a tribuna popular e os comparecimentos. A equipe da redação estabelece uma escala para a cobertura e recolha de informações, durante o desenrolar da sessão, a fim de que, durante todo o tempo de duração (previsto de quatro horas e meia), haja sempre um repórter de texto dentro do plenário. Nesse rodízio se alternam concursados e CCs imbuídos da missão de mediar os acontecimentos do plenário ao público. Seu único norte nessa tarefa são as técnicas jornalísticas fundamentadas nos valores notícia, sempre passíveis de interpretação, no mito da imparcialidade e no senso moral e ético, estes últimos construções pessoais. Eles interpretam, recortam, escolhem e reconstroem as ações dos personagens políticos na arena pública do plenário e oferecem um produto acabado, formatado segundo esses padrões moveidões, para o conhecimento dos públicos. Ou os públicos – imprensa e sociedade – se fazem presentes no plenário ou têm que confiar que aquela interpretação dá conta da realidade por todos os seus lados. Isso nos remete ao problema central da imagem criada em torno do serviço público

prestado nessa área: ele tem o carimbo do público, no sentido de “para todos”. Diferente dos veículos de imprensa, que têm suas motivações comerciais, políticas e filosóficas evidentes ou presumíveis, a presunção que recai sobre aquilo que é oferecido por uma estrutura pública da sociedade que vive um regime de democracia representativa é justamente a do sentido de bem público mais amplo possível.

E, nesse ponto, é interessante retomar o conceito de campo de Bourdieu (2005) e também o que ele diz a respeito de poder e comunicação:

... não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as

classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (BOURDIEU, 2005, p. 11-2).

Essa é a sólida base sobre a qual queremos entender o que estamos observando. Além das sessões ordinárias, as comissões permanentes fazem parte das tarefas cotidianas dos vereadores. As reuniões dessas comissões ocorrem fundamentalmente nas terças-feiras e sextas-feiras e nas manhãs dos dias de sessão ordinária, quando necessário. Da mesma forma que nas sessões ordinárias, nas reuniões dessas comissões se resolvem problemas que envolvem a vida da comunidade, se votam pareceres e encaminham soluções para questões que se refletirão diretamente no dia-a-dia da sociedade ou se transformarão em leis e outros institutos mediante apreciação em plenário pelo conjunto dos vereadores. Também essas comissões merecem atenção cotidiana da AI da CMPA, com um jornalista específico designado para cobrir cada uma delas. E assim, todas as outras atividades de cunho institucional legislativo merecem a cobertura e o acompanhamento por parte da AI, compondo a grade de informação gerada diariamente pela equipe da redação.

Todo esse material – textos, imagens e áudio - é compilado, editado e publicado segundo diretrizes da coordenação da AI, cargo ocupado sempre por um CC indicado pela Presidência da Câmara. Se aplicarmos a esta estrutura e a esta prática os elementos do *newsmaking*, da *agenda setting* e da *Espiral do silêncio* junto com os elementos que nos trouxe Bourdieu (2005), teremos claros os indicativos da potência que representa o poder sobre ela. Principalmente se levarmos em consideração que esse poder está sempre diretamente vinculado a uma determinada linha política, parcial e particular dentro do arranjo de forças que constitui a instituição legislativa. Some-se a isso o fato de que, dos doze integrantes da redação, apenas cinco são servidores concursados. Essa minoria está encravada dentro de uma estrutura que tem, na maioria de seus integrantes, algum tipo de vínculo político direto ou, no mínimo, dependência direta da aprovação política para sua permanência no cargo. Não é difícil imaginar o tipo de relacionamento que se estabelece internamente quando o assunto passa por temas como critérios de noticiabilidade, interesse público ou função específica da Assessoria de Imprensa como

um instrumento de comunicação e agente da publicidade e transparência de um organismo público.

O mesmo se dá com as outras partes da AI – rádio e fotografia. Tudo o que produzem está balizado pelo mesmo que tutela a redação, assim como tudo é editado finalmente pelo mesmo sistema, existindo alguns agravantes para essas duas outras áreas no que toca ao atendimento das demandas. Enquanto a redação é composta por doze pessoas, entre coordenação, edição, revisão e recolha do material informativo, estas outras duas áreas contam apenas com dois profissionais, cada uma, para dar cobertura à mesma carga de trabalho. Dessa forma, a superficialidade, a fragmentação e a ineficiência acabam por ser característica no tratamento da informação em geral, pois, em busca da eficácia no cumprimento das demandas, são postos de lado o aprofundamento e o acompanhamento total às atividades.

Portanto, além da filtragem natural, inerente ao processo de mediação simbólica que é o jornalismo, existem forçosamente, ainda que inconscientemente, outros tipos de filtragem ligados ao relacionamento do servidor com seu ambiente de trabalho, na recolha, edição e publicação das informações públicas sobre as atividades, também públicas, da instituição pública Câmara Municipal de Porto Alegre e dos homens e mulheres públicos que a compõem. A repetição da designação “público” é proposital, a fim de chamar a atenção para o campo em que tudo deve ser mantido nessa discussão: o do interesse público, da representatividade e, principalmente, da responsividade, tanto dos personagens individuais como da Instituição como um todo.

Basta ter coragem de implementar estruturas efetivamente públicas, minimizando o poder político particular sobre o que é oriundo da sociedade e para ela deve se voltar.

Também há uma particularidade de rotina dos CCs desta estrutura que vale a pena ressaltar. Ocorre que eles, na sua maioria, além das tarefas inerentes à sua lotação na AI, são chamados a assumir tarefas diretamente ligadas às áreas de

comunicação dos partidos ou vereadores que os indicaram. Isso, de certa maneira, implica promiscuidade de interesses, mesmo que subjacente, entre as suas atividades “oficiais” e as “extra-oficiais” que lhes são solicitadas. Seria algo semelhante se um jornalista de redação de um grande jornal trabalhasse também na assessoria de uma grande empresa que o patrocine. Se perguntados, todos indicarão que uma coisa não interfere na outra, pois os critérios jornalísticos é que são determinantes em suas atividades. No entanto, é obrigatório admitir a existência de pressões que fogem ao estrito exercício da atividade jornalística. Há o instinto de sobrevivência.

PRESSÕES POLÍTICAS E PRESSÕES ESTRUTURAIS

Se a Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Porto Alegre fosse estritamente uma redação jornalística de um veículo ou de uma estrutura multimídia, como aparenta ser, já bastaria para que seus integrantes estivessem sujeitos a algumas pressões inerentes ao processo jornalístico. Não ultrapassar a *dead line* para a conclusão das matérias, o espaço exíguo para dizer tudo, a diretriz de imparcialidade e os cuidados com a interpretação dos fatos, ouvir mais de uma fonte, compreender a linha editorial do veículo e movimentar-se dentro dela atendendo às expectativas do editor sem deixar de servir à sociedade, são algumas das angústias estruturais cotidianas daqueles que escolhem como profissão o jornalismo.

Na AI da CMPA isso não é diferente. Pelo contrário, está acrescido de alguns elementos particulares do funcionamento de uma estrutura que pretende abastecer ou sensibilizar a grande imprensa para os seus produtos informativos. Um dos reflexos diretos é que o *dead line* é adiantado aos veículos em geral, justamente para permitir que estes recebam as informações geradas pela AI antes de seu fechamento e possam aproveitá-las, principalmente nos jornais impressos. Nessa faina de expandir seu alcance através do aproveitamento de seus produtos pela grande imprensa, a perspectiva de atendimento às necessidades de informação diretas do público e de prestação de contas e transparência da instituição vai sendo deixada para trás. Os únicos pontos de contato direto com a sociedade que a AI disponibiliza atualmente são o site, os programas no canal 16 da TV a cabo e uma coluna no Diário Oficial de Porto Alegre. Todos esses canais são restritivos no seu

acesso, tanto pela necessidade de acesso à tecnologia e custo como pela limitação da publicação. A Câmara não dispõe de nenhum canal abrangente próprio de comunicação com a sociedade, como poderia ser, por exemplo, algum tipo de publicação impressa periódica. Isso aumentaria a circulação e a permanência da informação em pauta, não se cingindo apenas à edição dos grandes veículos e aos acessos da página na web.

Outra pressão estrutural, que acaba se misturando com pressão política, é que os profissionais da AI se debruçam o tempo todo sobre o mesmo ambiente, formado por trinta e seis idiosincrasias que se entendem as prioritárias e se têm como indivíduos sobre os quais a AI deve se preocupar particularmente. Isso estabelece oportunidade para uma série infindável de problemas e atritos entre as compreensões, pois a AI deve manter uma perspectiva ampla sobre toda a Câmara e não atender a demandas específicas ou estar à mercê da compreensão de alguns vereadores sobre o que é importante, ou sobre o que deva ser notícia.

O coordenador da Assessoria de Imprensa precisa estar convicto dos critérios que o apoiam no desenvolvimento de suas atividades e de toda a sua equipe, precisa ter instrumentos para isso. Entretanto, tais instrumentos não existem. Sequer há um desenvolvimento preciso e um desdobramento das interpretações das funções de cada cargo lotado na AI. Apenas descrições amplas e genéricas nas leis que os criaram, deixando muita coisa à mercê de interpretações e ao sabor das conveniências, favorecendo o surgimento de todo o tipo de pressão, tanto estrutural quanto política, e deixando espaço para todo tipo de situação constrangedora. E, não havendo esses instrumentos, também fica difícil de se estabelecer uma consciência adequada entre os trinta e seis vereadores do que seja, precisamente, a atribuição da AI.

Para finalizar, mas sem esgotar as possibilidades de pressão, pois as oportunidades são múltiplas e dinâmicas na forma em que se organiza a AI, vale lembrar o argumento que está bem identificado na distorção apontada por Sartori (1962), quando a teoria privatística se sobrepõe à publicística. Não só por ele, mas também por Habermas (2003) e por Gomes (2004), quando indicam que a dificuldade de clareza e transparência nos processos informativos, envolvendo a política, são nefastos. Principalmente quando os homens públicos imaginam que as instituições

existem por causa deles, e não ao contrário. Este, por derradeiro, parece ser um dos eixos pelos quais as pressões fluem através das estruturas da Câmara Municipal, assimiladas e cultivadas principalmente pelos servidores CCs.

A esta estrutura, hoje chamada de Assessoria de Imprensa, talvez coubesse outro nome: gabinete de jornalismo público, ou algo semelhante.

Estes, sim, estão nos cargos que ocupam por causa dos vereadores, subvertendo uma moral pública e uma ética profissional, que pedem imparcialidade e independência, ainda que este primeiro atributo, definitivamente, seja um mito perseguido há séculos nos processos de mediação simbólica sem a possibilidade de ter sido alcançado absolutamente. Quanto ao segundo atributo, a independência, é possível. Basta ter coragem de implementar estruturas efetivamente públicas, minimizando o poder político particular sobre o que é oriundo da sociedade e para ela deve se voltar. Mas, para que isso ocorra, aqueles que se beneficiam dessas situações distorcidas precisam ter vontade política de abrir mão das vantagens que elas representam em favor do bem comum, em favor da sociedade. Contudo, além disso significar uma diminuição em seus poderes, pode significar, também, um risco maior às possibilidades de dominação e de permanência no poder.

ESTRUTURA PÚBLICA LOTEADA E PRIVATIZADA – ONDE ESTÁ O SERVIÇO PÚBLICO?

Cada CC da área de comunicação tem o partido que realmente o indica, apesar de ser prerrogativa legal da Presidência da instituição a indicação para os cargos desta área, ao menos na documentação oficial disponibilizada publicamente pelo Setor de Registros e Ingressos da Câmara. É importante retomarmos esta informação para podermos nos remeter ao jogo de poder que se estabeleceu, ao longo dos anos, em torno dos car-

gos da AI da CMPA. Um jogo que vem suplantando os interesses tanto da coletividade como da sociedade, que deveriam ser o foco tanto do jornalismo que se desenvolve na instituição, ainda que dentro de uma estrutura de assessoria de imprensa, quanto da própria instituição legislativa. Um jogo onde os CCs, dentro da cadeia de comunicação, assim como todos os outros CCs, viram moeda de troca no tabuleiro. Mas estes, especificamente, têm um valor especial. Têm o valor da imagem e do controle sobre a informação, ainda que em níveis diversos.

Este desvio é propiciado pela falta de nitidez de funções e de critérios a nortearem as atividades, a constituição, a articulação e o próprio funcionamento cotidiano da AI. Assim como algumas distorções possíveis no jornalismo apontadas pela teoria do *newsmaking*, devido às convenientes e sempre múltiplas interpretações dos critérios de noticiabilidade, a AI padece de convenientes interpretações sobre suas finalidades, sobre as leis – exíguas e esparsas – que a criaram e regem sua forma de funcionamento. A falta de uma consolidação da AI como uma estrutura funcional, e não política, oportuniza, justamente, que a política ocupe espaços que não lhe pertencem dentro do organismo público em questão.

Imagino que os defensores da situação atual, de relações eminentemente políticas no ambiente da AI, saltem em reação contrária à afirmação anterior. Mas é preciso pensar estas situações de maneira menos apaixonada e menos sedenta de poder, para que se possa promover o bem de todos, como é de se esperar de uma instituição pública como é o Parlamento, como é a Câmara Municipal, e de homens públicos como são os personagens que a compõem, os vereadores e os servidores em geral. Há outras maneiras possíveis de organização da estrutura de comunicação a fim de dar conta das demandas políticas e das demandas públicas sem misturar ambas em um único ambiente. Ocorre que este arranjo, em que se misturam os campos, se mostra útil a quem se encontra no exercício do poder, fazendo com que, pela própria circularidade do poder regulando-o, a situação se perpetue. Entretanto é preciso lembrar que a publicidade é um atributo essencial à condução da política, dos governos e da sociedade como um todo nas democracias representativas de massa. O ativismo jornalístico das repartições, partidos e organizações pouco contribui para a multiplicidade das visões e das opções de escolha da sociedade quando é infiltrado, dissimulado

e sub-reptício dentro de um contexto que se pretende a representação da soma das vontades.

Não é porque a Câmara Municipal está sob o comando deste ou daquele partido que a síntese e a mediação do cotidiano de suas atividades devem mudar de prisma ou serem reguladas segundo uma visão particular e descontínua, onde mudarão as formas de interpretar os critérios de noticiabilidade não somente segundo referenciais teórico-profissionais, mas segundo padrões que vão além de uma relação profissional estável com o ambiente onde se gera a informação. Novamente é importante frisar que nada impede que alguém, qualquer que seja sua forma de vinculação ao ambiente de trabalho, tenha suas preferências políticas ou reflita sua cultura e suas crenças sobre a interpretação que oferece do cotidiano como produto jornalístico. Mas, como foi abordado quando nos referimos às formas de pressão sofridas pelos servidores, é fundamental compreender que o nível de independência e liberdade individual é decisivo no resultado final do produto comunicativo, principalmente se tratando de situações que envolvem poder e imagem pública.

A questão da descontinuidade, por exemplo, é uma crítica aristotélica à própria democracia, devido “à impermanência das assembleias e parlamentos e sua exposição aos demagogos, que solicitam as paixões dos homens, sua adesão, e não a verdade, acomodando-se as coisas aos sentimentos e não à razão, que compara e relaciona as coisas dadas da realidade” (Aristóteles, 1997). Aos CCs, na cadeia de produção informativa da CMPA, é solicitada, ainda que, na maioria das vezes, de maneira subliminar, a adesão às causas daqueles que lhes garantem a posição no cargo público, instaurando assim total falta de independência para o exercício de sua função pública. Uma das soluções possíveis para o problema, e que queremos apontar aqui como conclusão de nosso percurso argumentativo, seria a instituição da AI da CMPA como uma estrutura ocupada e gerida apenas por servidores que ingressassem à vida pública através de concurso, o que garantiria, de certa maneira, elevado grau de independência em seu exercício profissional. Uma provável objeção a ser levantada sobre esta proposta é a de que as instâncias políticas se veriam reféns de uma estrutura sobre as quais não teriam controle absoluto. Por um lado, esta objeção surge do mau uso tanto do termo como da atividade de *Assessoria de Imprensa* no contexto em questão, pois pressupõe uma defesa aberta da imagem do cliente

por parte da estrutura assim designada. Por outro, surge, justamente, da falta de clareza das funções da estrutura de comunicação da instituição CMPA.



É importante notar que, se esta estrutura se destina a prestar contas daquilo que ocorre dentro desse organismo público fundamental à democracia representativa, se ela se destina a dar a transparência exigida dos órgãos públicos à sociedade, então é imperioso que se separe a função de defesa da imagem da função de transparência, pois são incompatíveis ao final das contas. Defendendo a imagem do órgão, certas informações são omitidas ou suprimidas, ou ainda conformadas, a fim de manter a boa imagem do cliente ou de ressaltá-la. Executando a função de transparência, é exigido que tudo seja mostrado a fim de que o público possa formar opinião sobre os acontecimentos e sobre os personagens neles envolvidos, fazendo com que informações potencialmente negativas sejam obrigatoriamente divulgadas, pois são fundamentais para uma correta e livre formação de opinião. As duas funções são excludentes mutuamente, ao menos dentro de um mesmo espaço simbólico.

Os vereadores, individualmente, e as bancadas partidárias têm condições e estrutura disponível em seus ambientes particulares para trabalhar a informação a partir de seus pontos de vista idiossincráticos e defender suas imagens perante o público externo e as mídias sem necessidade de recorrer ao manto da instituição CMPA para fazer esta defesa. Isto se justificaria a partir de uma compreensão clara de que o vereador, uma vez eleito e integrando o colegiado que compõe a CMPA, passa a ser uma peça do conjunto e assim deve ser encarado pela instituição, não cabendo

qualquer tipo de tratamento individualizado ou de compreensão pessoal, mas sempre uma visão de conjunto e de senso de instituição pública. A adequada utilização dessas estruturas individuais é que deveria garantir a cada um dos integrantes do Parlamento o atendimento às suas necessidades comunicativas e a divulgação de seus pontos de vista a respeito dos assuntos em pauta na coletividade.



Diário Gaúcho

A esta estrutura, hoje chamada de *Assessoria de Imprensa*, talvez coubesse outro nome: gabinete de jornalismo público, ou algo semelhante. A esse gabinete, por sua vez, caberia a coleta e o processamento das informações de todas as atividades institucionais da CMPA e sua devida divulgação pelos canais disponíveis, segundo critérios estritamente jornalísticos e com uma perspectiva mais ampla de serviço público do que de serviço corporativo. Formada e gerenciada somente por servidores concursados, esta estrutura se colocaria num patamar de liberdade das pressões políticas diretas, de maneira que seus integrantes pudessem exercer suas funções de jornalismo público sem o medo de perderem seus empregos, e não da maneira atual, onde vereadores descontentes gritam com o coordenador indicado politicamente que, além de administrar os problemas jornalísticos, precisa administrar os reflexos políticos de suas possíveis reações ou de sua condução das demandas externas à estrutura comunicacional. Diminuiriam sensivelmente os casos de ingerência política sobre a prática jornalística, pois não haveria dependência de nenhum dos integrantes da estrutura de qualquer tipo de nomeação política. Some-se a isso o fato de haver um processo de longo prazo, organizado e permanente, de evolução da qualidade e do formato dos serviços prestados à sociedade, assim como considerável aumento do relacionamento de

respeito e de credibilidade entre esta estrutura, a imprensa comercial em geral e a sociedade, devido à eliminação do problema da volatilidade, tanto das diretrizes que orientam as práticas jornalísticas como da permanência de mais da metade dos servidores dessa pretensa estrutura.

Este gabinete de jornalismo público seria uma referência informativa sobre a qual poderia se apoiar, com tranqüilidade, toda e qualquer outra ação informativa. Tanto por parte dos vereadores e suas bancadas, ressaltando ou refutando o que ali se expõe, quanto por parte da própria Presidência da Casa, que mereceria uma equipe específica para tratar a informação do ponto de vista da liderança política eventual e transitória da instituição. Essa estrutura sim receberia o nome de assessoria de imprensa e trataria as informações a partir de uma matriz política, mudando de acordo com as movimentações de poder dentro da instituição. Nada impediria que o gabinete de jornalismo público e a assessoria de imprensa tivessem atuações concatenadas, mas os procedimentos fundamentais de edição, tratamento e divulgação da informação seriam fundamentalmente distintos e independentes, não havendo ingerência de uma sobre a outra. A diferença apareceria de maneira incisiva em situações controversas ou através de uma análise das diferentes produções informativas a longo prazo, oportunidades em que, efetivamente, a liberdade de produção da informação surte efeito sobre a formação de opinião da sociedade.

É um misto de utopia com ousadia o que é proposto aqui, mas seria uma forma eficaz de melhorar o resultado do que é oferecido ao público. Obviamente, a exequibilidade de tal proposta exigiria a solução de um problema que hoje é um dos fatores de tensão no cotidiano da AI: a clara e sólida definição de atribuições e objetivos, campos de atuação e rotinas de trabalho assim como critérios consolidados de noticiabilidade, minimizando as margens interpretativas de tais critérios, afastando-os das conveniências e aproximando-os de um *modus operandi* aplicável dentro de uma perspectiva de BEM PÚBLICO. Isto minimizaria os desvios de função, a existência de fantasmas dentro das estruturas públicas e a apropriação de postos estratégicos do serviço público como bens do poder político.

Mas esta utopia surge justamente da conclusão de que, da maneira como está, a AI da CMPA se equilibra delicada e perigosamente entre o serviço público e o aparelho político, inclinan-

do-se vertiginosamente para a segunda forma. Tanto a sociedade quanto as mídias estão à mercê dos valores individuais de cada um dos integrantes de uma estrutura que não oferece aos seus profissionais as condições fundamentais do jornalismo e do serviço público, campos que combinei quando me referi ao jornalismo público: liberdade e independência. Os mesmos valores que sustentam a democracia, que gera a estrutura onde se abriga nosso objeto de estudo, são negados ou solapados àqueles que têm a missão de mantê-la viva através de seus preceitos fundamentais: a transparência e a publicidade da coisa pública. E assim voltamos à pergunta: onde está o serviço público nessa estrutura loteada e privatizada, onde se nomeiam politicamente a maioria de seus integrantes – até mesmo estagiários precisam de aval político (extra-oficial, é claro) para poderem ser contratados e são instados a fazer campanha para seus padrinhos – e onde não há nada que garanta que os interesses da sociedade virão antes dos interesses políticos? Talvez a resposta esteja na resistência e na mudança de interpretação que começou a existir timidamente há dez anos com o ingresso dos primeiros servidores concursados, de carreira pública, quando estes foram se depauperando gradualmente com as dificuldades de levar a cabo algo que ainda não existe de fato, mas que começa a ser construído cotidianamente: jornalismo público.

Resta aguardar que assumam o poder pessoas que se interessem um pouco mais pelas coisas através do prisma público, para quem a política seja apenas um meio para fazer o bem a todos e não apenas um meio para fazer mais política.

É preciso pensar mais sobre o assunto, ir além dos horizontes da Câmara Municipal de Porto Alegre, buscar referência em outros círculos de poder que tenham o mesmo tipo de efeito direto de suas atividades sobre a vida da sociedade. Será interessante fazer uma relação entre as estruturas de comunicação dos diversos Parlamen-

tos em nível municipal, estadual e federal, por exemplo, assim como estabelecer comparações entre elas e as estruturas dos Poderes Executivos. Também será importante analisar os efeitos das práticas de comunicação pública sobre as imagens particulares dos políticos, perscrutar as conseqüências das emissões simbólicas a partir de instituições públicas sobre as imagens que a sociedade faz dessas instituições. Mas, para que tais empreendimentos possam ser realizados, é preciso consolidar, primeiramente, as observações profundas de caso-a-caso, a fim de compreender as entranhas dos processos e não se contentar somente com as convenientes aparências.

A observação que aqui surgiu, através da qual se chegou à conclusão de que há apropriação política de canais que deveriam ser eminentemente públicos, se deu não como um fato, como uma abordagem escolhida, mas como um processo, como uma realidade vivida. Após trabalhar dez anos dentro desse turbilhão de poder, onde pessoas recebiam salários maiores do que o meu, para exercer a mesma função que a minha, sem jamais aparecer para trabalhar enquanto eu dobrava turnos, colhi algumas impressões e formulei hipóteses, as quais foram tratadas de maneira científica e baseadas em documentos para mostrar que a situação que aí está pode servir a muita gente, mas serve muito pouco à sociedade e ao bem de todos.

Pouco é possível fazer, além de pesquisar e mostrar, no meio acadêmico, que certas coisas não vão bem. No ambiente onde exerço minha atividade profissional diária – a fotografia da AI da CMPA –, não passo de mais um servidor público cujo único poder é a resistência ao esmagamento pelo poder político. Infelizmente, somente o poder político tem a possibilidade de mudar estas coisas. Resta aguardar que assumam o poder pessoas que se interessem um pouco mais pelas coisas através do prisma público, para quem a política seja apenas um meio para fazer o bem a todos e não apenas um meio para fazer mais política, apropriando-se e utilizando-se das estruturas que a sociedade lhes disponibiliza para o serviço público em prol de todos. No que nos concerne diretamente, para finalizar, seria interessante que fosse levada a sério a preocupação com a comunicação pública. A pena para o desmazelo dedicado a estas questões passa pela ignorância coletiva, pelo engodo político, pelo fracasso da democracia e pela propaganda a tomar conta e a traçar caminhos que já foram vistos e que

resultaram em coisas que não queremos mais ver.

NOTAS

*Mestre em Comunicação Social pela PUCRS. Professor em Comunicação PUCRS.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Alejandro Muñoz; DADER, José Luis; MONZÓN, Cândido e ROSPIR, Juan Ignacio. **Opinión pública y comunicación política**. Madrid: EUEDEMA, 1990.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. 4.ed. Barcelona: Paidós, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença Editorial, 1978.

AMARAL, Luís. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-DCLuzatto, 1996.

ARENDDT, Hannah. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: UnB, 1997.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 1999.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: UnB, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade – a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BERRIO, Jordi. **Teoría social de la persuasión**. Barcelona: Mítre, 1983.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____. **As ideologias e o poder em crise**. 4.ed. Brasília: UnB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Sociología**. São Paulo: Ática, 1983.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa**. Barueri: Manole, 2003.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Difel, 1963.

DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo: Atlas, 2003.

EASTON, David. **Esquema para el análisis político**. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

EDELMAN, Murria. **La construcción del espectáculo político**. Buenos Aires: Manantial, 1991.

EID, Marco Antônio de Carvalho. **Entre o poder e a mídia – assessoria de imprensa no governo**. São Paulo: M. Books, 2003.

ERBOLATO, Mário. **Deontologia da comunicação social**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FLUSSER, Vilém. **Ensaio sobre a fotografia – para uma filosofia da técnica**. Lisboa: Relógio d'água, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBS, Thomas. **De cive: elementos filosóficos a respeito do cidadão**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HOHENBERG, John. **Manual de jornalismo**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2005.

KLAUS, Georg. **El lenguaje de los políticos**. Barcelona: Anagrama, 1979.

KOPPLIN, Elisa e FERRARETTO, Luiz Artur. **Assessoria de imprensa: teoria e prática**. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1993.

KUNCZICK, Michael. **Conceitos de jornalismo – norte e sul**. São Paulo: Edusp, 2004.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

-
- _____. **Controle da opinião pública.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- LANE, E. Roberts e SEARS, David. **A opinião pública.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa.** Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923.
- LIPPMANN, Walter. **Public opinion.** Nova Iorque: MacMillan, 1922.
- MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. **A transfiguração do político.** Porto Alegre: Sulina, 1997.
- _____. **O elogio da razão sensível.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Discurso y poder.** Quito: Época, 1978.
- MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias.** Petrópolis: Vozes, 1991.
- MELO, José Marques de. **Comunicação: direito à informação.** Campinas: Papyrus, 1986.
- _____. **Comunicação: teoria e política.** São Paulo: Summus, 1985.
- _____. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis.** São Paulo: Saraiva, 1998.
- NOELLE-NEWMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio – opinión pública: nuestra piel social.** Barcelona: Paidós, 1995.
- NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- REES, Laurence. **Vende-se política.** Rio de Janeiro: Revan, 1995.
- REGO, Gaudêncio Torquato do. **Jornalismo empresarial.** São Paulo: Summus, 1987.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- RIDDER, H. **Zur verfassungsrechtlichen stellung der gewerkhaften im sozialstaat nach dem grundgesetz fuer die bundesrepublik deutschland.** Suttgart, 1960.
- RODRIGUES, Adriano. **Estratégias da comunicação – questão comunicacional e formas de sociabilidade.** Lisboa: Presença, 1990.
- ROIZ, Miguel. **La sociedad percusora – control cultural y comunicacion de masas.** Barcelona: Paidós, 2002.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e política – conceitos e abordagens.** Salvador: EDUFBA, 2004.
- SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade.** Lisboa: Afrontamento, 1994.
- SARTORI, Giovanni. **Homo videns.** Lisboa: Terramar, 1999.
- _____. **A teoria da representação no Estado representativo moderno.** Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962.
- SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (Org.). **Jornalismo além da notícia.** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003.
- SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo.** Chapecó: Argos, 2001.
- TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TCHAKHOTINE, Serge. **A mistificação as massas pela propaganda política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **O escândalo político – poder e visibilidade na era da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus, 1993.
- VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido.** São Paulo: Cultrix/USP, 1981.
- _____. **Semiosis de lo ideológico y del poder – la mediatización.** Buenos Aires: CBC-UBA, 1995.
- WEILL, Georges. **El diario – historia y funcion de la prensa periódica.** México: Fondo de Cultura Económica, 1941.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política.** São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público – uma teoria crítica da televisão.** São Paulo: Ática, 1996.